



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



LEI MUNICIPAL Nº 1.843 DE 17 DE outubro DE 2016.

Sanciono
Reinaldo Medeiros Macedo
Prefeito

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias que irão orientar a elaboração da proposta orçamentária do exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mendes aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a presente Lei Municipal:

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal e artigo 4º da Lei Complementar nº 101/00, as diretrizes gerais para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Mendes para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

- I. As prioridades e as metas da Administração Pública Municipal;
- II. As diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento municipal e suas alterações;
- III. As disposições relativas à dívida pública municipal;
- IV. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais, respeitados os limites legais;
- V. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VI. O equilíbrio entre receitas e despesas e os critérios e formas de limitação de empenho, nas hipóteses previstas na LRF;
- VII. Condições e exigências para transferências de recursos a entidade privada;
- VIII. Montante e forma de utilização da reserva de contingência;
- IX. Programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



X. Condições e critérios para a limitação de empenho pelo Poder Executivo, bem como as despesas excluídas;

XI. Previsão dos casos em que não se poderá vedar a contratação de serviço em caráter extraordinário;

XII. Fixação de valores irrelevantes de despesa;

XIII. Inclusão de novos projetos na LOA;

XIV. Disposições diversas.

Parágrafo único. Integra esta Lei:

a) Anexo de Riscos Fiscais onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e as providências a serem tomadas no caso de se concretizarem;

b) Relatório sobre as despesas de manutenção do patrimônio público, os projetos em andamento e os novos a serem contemplados;

c) Anexo de Metas Fiscais, em que são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o período de 2017 a 2019.

Artigo 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2017 foram definidas em audiência pública e estão discriminadas em anexo a esta lei.

CAPITULO II

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Artigo 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Função. Maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

II. Subfunção. Partição da função que visa agregar determinado subconjunto de despesas do setor público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



III. Programa. Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.

IV. Projeto- Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais, resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

V. Atividade. Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

VI. Operações Especiais. Despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º . Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, através de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º . Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vincula na forma do anexo que integra a legislação em vigor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º . As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas na lei orçamentária por: programas, projetos, atividades ou operações especiais.

Artigo 4º O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, suas autarquias, fundos especiais e fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal.

Artigo 5º A proposta orçamentária anual será encaminhada ao Legislativo até 15/10/2016 conforme dispõe o artigo 119, § 6º da Lei Orgânica Municipal com a redação dada pela Emenda nº 021 de 15/05/2006, na forma do artigo 22 da Lei 4.320/64, a saber:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



I. Mensagem que conterá:

a) Exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis;

b) Exposição e justificção da política econômico-financeira do Governo;

c) Justificção da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

II. Projeto de Lei Orçamentária, elaborado na forma do art. 2º da Lei 4.320/64 contendo:

a) Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

b) Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas na forma do Anexo I;

c) Quadro com a discriminação da receita por fonte e respectiva legislação;

d) Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

III. Tabelas Explicativas, das quais além das estimativas da receita e despesa, constarão em colunas distintas e para fins de comparação a:

a) Receita Arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta; Receita Prevista para o exercício em que se elabora a proposta; Receita Prevista para o exercício a que se refere a proposta;

b) Despesa realizada no exercício imediatamente anterior; Despesa Fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e Despesa Fixada para o exercício a que se refere a proposta.

IV. Quadro Demonstrativo das Receitas que compõem a base de cálculo dos recursos destinados a Câmara Municipal;

V. Anexo dos Orçamentos: fiscal e o da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida na legislação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



VI. Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais;

VII. Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões e subsídios de natureza financeira, tributária e creditícia, no caso de ser aprovada lei outorgando benefícios ou incentivos fiscais;

VIII. Reserva de Contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;

IX. Quadro Demonstrativo dos recursos e aplicações na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme determinação constitucional;

X. Quadro Demonstrativo dos recursos e aplicações na área de saúde de acordo com as normas constitucionais e legais.

Artigo 6º A Lei Orçamentária Anual apresentará a discriminação da despesa por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma:

I. O orçamento a que pertence;

II. O grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

1. Despesas Correntes

a. Pessoal e Encargos Sociais;

b. Juros e Encargos da Dívida;

c. Outras Despesas Correntes;

2. Despesas de Capital

a. Investimentos;

b. Inversões Financeiras;

c. Amortização e Refinanciamento da Dívida;

d. Outras Despesas de Capital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



Parágrafo único. O Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) poderá ser detalhado e alterado em nível de elemento, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e por Ato do Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo, sem prejuízo do limite estipulado no § 1º do artigo 13 desta Lei.

Artigo 7º Na elaboração e execução do orçamento municipal do exercício de 2017 será respeitado o princípio da transparência administrativa e assegurada a participação da sociedade, através de suas instituições representativas, em audiências públicas.

Artigo 8º A participação da sociedade no processo de elaboração do orçamento municipal será na compatibilização entre as peças de planejamento, visando assegurar os projetos de interesse local.

Artigo 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Artigo 10. A lei orçamentária será executada com o objetivo de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município e, em até trinta dias após sua publicação, o Poder Executivo estabelecerá através de Decreto:

- a) O desdobramento da receita em metas bimestrais;
- b) O Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, por unidade administrativa;
- c) A Programação Financeira.

Artigo 11. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá prejudicar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, o Executivo determinará a limitação de empenho, através de decreto, definindo as despesas e percentuais a serem limitados.

Parágrafo único. Não sofrerão limitações as despesas referentes a obrigações constitucionais e legais do Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



Artigo 12. No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o artigo anterior, serão preservadas as despesas com pessoal, desde que estejam dentro dos limites legais.

Artigo. 13. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa.

§ 1º. A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017 conterà autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares até o valor equivalente a 30% (trinta por cento) do total da receita, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I. Anulação parcial ou total de dotações;

II. Superávit ou saldo financeiro disponível apurado no balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior;

III. Excesso de arrecadação devidamente demonstrado, podendo ser ainda considerada a tendência do exercício;

IV. Saldos de convênios.

§ 2º. Excluem-se do limite fixado no § 1º deste artigo os valores destinados ao atendimento de:

I. Insuficiência de dotações de pessoal e encargos sociais;

II. Despesas decorrentes de pagamento de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida;

III. Despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios; e

IV. Insuficiências de outras despesas consignadas em programas de trabalho das funções de Saúde, Assistência e Previdência Social e os relacionados à manutenção e desenvolvimento do ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



§ 3º. O Legislativo abrirá créditos adicionais suplementares, através de ato próprio e dentro do limite estabelecido no caput deste artigo, desde que os recursos utilizados sejam provenientes de anulação de suas dotações.

Artigo 14. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Artigo 15. Respeitadas as prioridades de investimentos previstos para o exercício financeiro de 2017, a lei orçamentária e suas alterações, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, quando:

- I. Estiverem adequadamente atendidos os projetos em andamento;
- II. Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- III. Estiverem definidas suas fontes de recursos,
- IV. Destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Parágrafo único. Consideram-se adequadamente atendidos os projetos que tenham ultrapassado em 50% (cinquenta por cento) seu cronograma físico-financeiro ou que sejam objetos de convênios com outros entes federativos.

Artigo 16. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e nos Créditos Adicionais, de quaisquer recursos do Município para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos e as dispostas no art. 22 da Deliberação nº 200/96 do TCE/RJ.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput deste artigo, a instituição privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, observando-se, ainda, o disposto no artigo 195, § 3º, da Constituição Federal.

§ 2º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



§ 3º . Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotação na lei orçamentária e sua execução, dependerão de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade.

Artigo 17. A lei orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro, caso esteja contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Artigo 18. A lei orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em valor inferior de 0,5% da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2017 que será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Os recursos da reserva de contingência destinados a riscos fiscais, caso estes riscos não se concretizem até o mês de setembro de 2017 poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais, não computando no limite de que trata o § 1º do artigo 13 desta Lei.

Artigo 19. A lei orçamentária conterá recursos para a manutenção dos projetos e manifestações culturais, assim como para o desenvolvimento das práticas desportivas a serem desenvolvidas, na forma do artigo 190, § 1º, c/c o art. 197, § 1º, da Lei Orgânica de Mendes.

Artigo 20. Os investimentos priorizados e contemplados na lei orçamentária de 2017 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo: a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos; a corrigir desvios; a avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas.

Artigo 21. O Poder Legislativo enviará sua proposta orçamentária ao Poder Executivo até 20/09/16 para incorporação na proposta do Município, que será enviada ao Poder Legislativo até o dia 15/10/16.

I - A proposta orçamentária do Poder Legislativo, incluindo o Fundo Especial, deverá ser elaborada na forma e conteúdo estabelecido nesta Lei, em consonância com as



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



disposições sobre a matéria, contidas na Constituição Federal, Lei Federal 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/00 e na Lei Orgânica Municipal.

II - O orçamento do Fundo Especial da Câmara Municipal de Mendes integrará a Lei Orçamentária e observará, na sua elaboração, o limite a ele destinado no Orçamento Municipal e nas normas da Lei Federal n.º 4.320/64, quanto à classificação a ser adotada para as respectivas receitas e despesas.

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 22. A lei orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de dívidas assumidas ou refinanciadas.

Parágrafo único. A assunção, reconhecimento ou confissão de dívida pública obedecerá ao que dispõe a LC 101/00 e dependerá de autorização legislativa específica

Artigo 23. Os recursos provenientes de operações de crédito, caso sejam incluídos na lei orçamentária, respeitarão os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Artigo 24. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, observado o disposto no artigo 38, da LC n.º 101/2000.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Artigo 25. As despesas com pessoal do Executivo e do Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18 a 20 da LC n.º 101/00, devendo o Legislativo se ater, também, as normas da Emenda Constitucional n.º 25/00.

§ 1.º. Os Poderes Municipais poderão, através de lei específica, conceder aumento de remuneração para cargos efetivos específicos, desde que não inviabilize o cumprimento das metas fiscais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



§ 2º . O Município reajustará a remuneração dos seus cargos e empregos no mês de janeiro de 2017, tomando por base o INPC-IBGE do período a que se referir o reajuste.

Artigo 26. Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da LC nº 101/00 a adoção das medidas previstas nos §§ do artigo 169 da Constituição Federal, preservarão servidores das áreas de Fazenda, Saúde, Educação e Assistência Social.

Parágrafo único. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do artigo 22 da LC nº 101/00, a contratação de horas extras ficará restrita às necessidades emergenciais das áreas de: saúde; assistência social; educação e contábil.

Artigo 27. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar concurso público nas áreas que forem necessárias, devendo a lei orçamentária estimar estes custos e os relativos à admissão dos aprovados.

Artigo 28. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput do artigo, os contratos de terceirização relativos à execução de atividades que, simultaneamente:

I. Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade administrativo;

II. Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta total ou parcialmente;

III. Não caracterizem relação direta de emprego.

Artigo 29. O Poder Executivo poderá enviar projeto de lei sobre alterações na estrutura administrativa superior e sobre a instituição do plano de cargos e salários, caso sejam necessárias.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

RUA ALBERTO TORRES, 66 - CENTRO - CEP 26700-000 - MENDES - RJ

www.mendes.rj.leg.br

Handwritten signature/initials in blue ink.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



Artigo 30. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2017 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias, podendo firmar convênio com o Governo Federal para implantar o Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT.

Artigo 31. A estimativa da receita levará considerará o impacto de alteração na legislação tributária, respeitada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

- I. Elaboração da planta genérica de valores do Município;
- II. Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre os tributos municipais;
- III. Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter a justiça fiscal;
- IV. Instituição da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública.

Parágrafo único. O Executivo poderá encaminhar projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, observando o que determina a LC 101/00.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Artigo 33. A alocação de recursos na lei orçamentária será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Artigo 34. Para efeitos do artigo 16 da LC n° 101/00 entende-se como despesas irrelevantes, para fins do seu § 3°, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24, da Lei 8.666/93.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



Artigo 35. O Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de Lei relativos às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Artigo 36. O projeto de lei orçamentária deverá ser devolvido para sanção até o encerramento da 2ª sessão legislativa, nos termos do artigo 22 da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. No caso de não atendimento no disposto no caput do artigo, a Administração Municipal adotará as medidas legais visando à salvaguarda da continuidade administrativa e do interesse público.

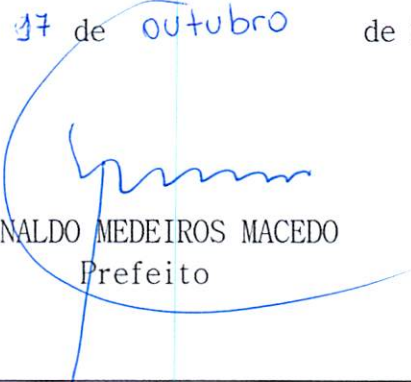
Artigo 37. Na elaboração e execução dos orçamentos poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para o orçamento fiscal e o da seguridade social.

Artigo 38. Fica o Executivo autorizado a proceder aos ajustes necessários na metodologia de apuração do resultado primário de forma a permitir a exclusão de despesas específicas, em decorrência de novos critérios que venham a ser ajustados com os órgãos governamentais.

Artigo 39. O Poder Executivo poderá criar o Serviço Autônomo de Água e Esgoto, com autonomia administrativa e financeira, visando proporcionar a melhoria na prestação destes serviços.

Artigo 40. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Mendes (RJ), 37 de outubro de 2016.


REINALDO MEDEIROS MACEDO
Prefeito



Lei das Diretrizes Orçamentárias - 2017

Anexo de Riscos de Fiscais

A Lei Complementar n.101/00 estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias contenha o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas; casos se concretizem.

Os riscos fiscais são classificados em orçamentários e de dívidas, a saber:

1. Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.
2. Os riscos da Dívida Pública Interna são oriundos de dois tipos diferentes de eventos: administração da dívida e passivos contingentes.

O primeiro é decorrente do impacto de variações das taxas de juros e de câmbio nos títulos vincendos. Para os demais títulos, o impacto ocorre apenas no estoque da dívida, refletindo nos orçamentos seguintes.

Os passivos contingentes se referem às dívidas potenciais que podem ser derivadas de diversos fatores e que, devido à suas peculiaridades, ainda não foram reconhecidas pelo Governo como dívida. A mensuração destes passivos muitas vezes é difícil e imprecisa, destacando-se:

- a) lides de ordem tributária, previdenciária e outras questões judiciais;
- b) dívidas em processo de reconhecimento pelo Governo que, em nosso caso, são referentes ao INSS e LIGHT

Os riscos orçamentários são equacionados pela limitação de empenhos, como indicar a avaliação bimestral da execução orçamentária.

Os riscos da Dívida Pública Interna, oriundos de passivos contingentes que se concretizarem, serão solucionados através da Reserva de Contingência.


Reinaldo Medeiros Macedo
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES



Valores Bloqueados Por Ordem Judicial							
Data	Banco	Agência	Conta	Valor	Recurso	Processo	
						Prefeitura	Judicial
02/07/15	B. Brasil	2295-0	48.008-8	7.433,57	FPM	4209/15	198100-37.2006.5.01.0421
02/07/15	B. Brasil	2295-0	14.268-9	14.324,33	FUNDEB	4209/15	151200-93.2006.5.01.0421
02/07/15	B. Brasil	2295-0	14.268-9	8.571,71	FUNDEB	4209/15	180500-03.2006.5.01.0421
02/07/15	B. Brasil	2295-0	14.268-9	3.648,65	FUNDEB	4209/15	198100-37.2006.5.01.0421
02/07/15	B. Brasil	2295-0	14.398-7	148,56	IPTU	4209/15	198100-37.2006.5.01.0421
02/07/15	B. Brasil	2295-0	14.574-2	77,59	SNA	4209/15	198100-37.2006.5.01.0421
03/07/15	Bradesco	6787	13.2	6.810,52	ICMS	4187/15	002800-06.2007.5.01.0421
03/07/15	Bradesco	6787	15.9	5.477,03	DEMUTRAN	4187/15	002800-06.2007.5.01.0421
03/07/15	Bradesco	6787	16.7	40.688,99	IPVA	4187/15	002800-06.2007.5.01.0421
03/07/15	Bradesco	6787	10.8	6.341,10	IPTU	4187/15	002800-06.2007.5.01.0421
03/07/15	Bradesco	6787	18.3	144,19	ASBAM	4187/15	002800-06.2007.5.01.0421
03/07/15	Bradesco	6787	17.5	3.942,28	Royalties	4187/15	002800-06.2007.5.01.0421
17/07/15	B. Brasil	2295-0	5343-0	5,50	PNAE	4646/15	000448-47.2015.8.19.0032
17/07/15	B. Brasil	2295-0	14398-7	119,61	IPTU	4646/15	000448-47.2015.8.19.0032
17/07/15	B. Brasil	2295-0	14574-2	41,39	SNA	4646/15	000448-47.2015.8.19.0032
17/07/15	B. Brasil	2295-0	10623-2	7.117,97	S. Educação	4646/15	000448-47.2015.8.19.0032
25/09/15	Bradesco	6787	13.2	225,70	ICMS	5965/15	000615-19.2012.5.01.0421
25/09/15	Bradesco	6787	15.9	131,25	DEMUTRAN	5965/15	000615-19.2012.5.01.0421
25/09/15	Bradesco	6787	16.7	1,00	IPVA	5965/15	000615-19.2012.5.01.0421
25/09/15	Bradesco	6787	17.5	1,00	Royalties	5965/15	000615-19.2012.5.01.0421
25/09/15	Bradesco	6787	10.8	2.378,15	IPTU	5965/15	000615-19.2012.5.01.0421
19/11/15	CEF	2068	006.6-5	50,00	RP	7758/15	013760005.2006.5.01.0421
19/11/15	CEF	2068	13.8090-8	21.570,00	RP	7758/15	013760005.2006.5.01.0421
19/11/15	CEF	2068	006.110-0	50,00	Royalties	7758/15	013760005.2006.5.01.0421
19/11/15	CEF	2068	006.33-2	50,00	RP	7758/15	013760005.2006.5.01.0421
04/03/16	B. Brasil	2295-0	15838-0	274,64	PNAE	1224/16	000100449.2015.8.19.0032
04/03/16	B. Brasil	2295-0	14398-7	124,78	RP	1224/16	000100449.2015.8.19.0032
04/03/16	B. Brasil	2295-0	14574-2	32,89	RP	1224/16	000100449.2015.8.19.0032
03/05/16	Bradesco	6787	13.2	17.195,06	ICMS	2396/16	0027900.89.2009.5.01.0421
03/05/16	Bradesco	6787	10.8	4.236,42	IPTU	2396/16	0027900.89.2009.5.01.0421
03/05/16	Bradesco	6787	15.9	476,68	DEMUTRAN	2396/16	0027900.89.2009.5.01.0421
03/05/16	Bradesco	6787	16.7	1,00	IPVA	2396/16	0027900.89.2009.5.01.0421
03/05/16	Bradesco	6787	17.5	1,00	Royalties	2396/16	0027900.89.2009.5.01.0421
Total Bloqueado				151.692,56			


Reinaldo Medeiros Macedo
Prefeito Municipal



INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS PARA 2017

PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017								
Discriminação	Executor	Região	Prazo		Recursos			
			Início	Fim	Convênio	Próprio	Total	
Calçada - Paco Macho a Trav. Barra do Piraf	SMOH	Morsing	2017	2018	1.099.560	22.440	1.122.000	
Calçada	SMOH	Martins Costa	2017	2018	1.099.560	22.440	1.122.000	
Distribuição de água	SMOH	Cinco Lagos	2017	2018	5.880.000	120.000	6.000.000	
Pavimentação (CBUQ)	SMOH	Jaboticabeiras	2017	2018	1.960.000	40.000	2.000.000	
Pavimentação Rua Oziel Peres Garcia (CBUQ)	SMOH	Centro	2017	2018	1.620.000	180.000	1.800.000	
Pavimentação Diversas Ruas	SMOH	Diversos	2017	2018	-	1.303.014	1.303.014	
Calçada	SMOH	Falcão Dias	2017	2018	1.060.193	-	1.060.193	
Construção de Ginásio Municipal	SMOH	Centro	2017	2018	2.671.705	-	2.671.705	
Construção de Reservatório	SMOH	Diversos	2017	2018	810.000	90.000	900.000	
Desapropriação de área no Município	SMOH	Diversos	2017	2018	-	300.000	300.000	
Construção, Reforma e Ampliação de Diversas Escolas Municipais	SMOH	Diversos	2017	2018	1.500.000	-	1.500.000	
TOTAL					17.701.018	2.077.894	19.778.912	


Reinaldo Medeiros Macedo
Prefeito Municipal

Handwritten mark



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA
 PODER EXECUTIVO
 MUNICÍPIO DE MENDES
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS - 2017 -

Tabela 1 - METAS ANUAIS

LRF - Art. 4º, § 1º -

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	VALORES		%PIB	VALORES		%PIB	VALORES		%PIB
	Constante	Corrente		Constante	Corrente		Constante	Corrente	
Receita Total	54.191.330	57.650.350		55.462.650	59.002.820		56.883.310	60.513.940	
Receita Não Financeira (I)	53.395.720	56.803.960		54.716.680	58.209.230		56.009.410	59.584.480	
Despesa Total	54.191.330	57.650.350		55.462.650	59.002.820		56.883.310	60.513.940	
Despesa Não Financeira (II)	53.324.880	56.728.600		54.509.450	57.988.780		55.834.590	59.398.500	
Resultado Primário (I-II)	70.840	75.360		207.230	220.450		174.820	185.980	
Resultado Nominal	-734.217	-734.217		-879.353	-879.353		-1.179.353	-1.179.353	
Dívida Pública Consolidada	1.713.570	1.713.570		1.213.570	1.213.570		913.570	913.570	
Dívida Consolidada Líquida	1.093.570	1.093.570		593.570	593.570		293.570	293.570	

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA
 PODER EXECUTIVO
 MUNICIPIO DE MENDES
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS - 2017 -

Tabela 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LRF - Art. 4º, § 2º, I -

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		VARIÇÃO	
	2015	%PIB	2015	%PIB	VALOR	%PIB
Receita Total	61.891.000		51.588.511		-10.302.489	
Receita Não Financeira (I)	61.395.880		50.402.415		-10.993.465	
Despesa Total	61.891.000		52.620.015		-9.270.985	
Despesa Não Financeira (II)	61.329.120		51.972.334		-9.356.786	
Resultado Primário (I-II)	66.760		-1.569.919		-1.636.679	
Resultado Nominal	-377.650		-2.015.564		-1.637.914	
Dívida Pública Consolidada	2.427.980		2.327.787		-100.193	
Dívida Consolidada Líquida	2.217.450		-3.646.770		-5.864.220	

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda

1-



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE MENDES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS - 2017 -

Tabela 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LRF - Art. 4º, § 2º, II -

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2014	2015	PIB	2016	PIB	2017	PIB	2018	PIB	2019	PIB
Receita Total	55.292.349	51.588.511		51.659.150		54.191.330		55.462.650		56.883.310	
Receita Não Financeira (I)	54.433.954	50.402.415		51.074.220		53.395.720		54.716.680		56.009.410	
Despesa Total	62.315.812	52.620.015		51.659.150		54.191.330		55.462.650		56.883.310	
Despesa Não Financeira (II)	61.598.327	51.972.334		50.998.600		53.324.880		54.509.450		55.834.590	
Resultado Primário (I-II)	-7.164.374	-1.569.919		75.620		70.840		207.230		174.820	
Resultado Nominal	-13.690.389	-2.015.564		-4.244.370		-734.217		-879.353		-1.179.353	
Dívida Pública Consolidada	102.836	2.327.787		3.200.000		1.713.570		1.213.570		913.570	
Dívida Consolidada Líquida	-12.270.891	-3.646.770		2.920.000		1.093.570		593.570		293.570	

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda

Observações



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA
 PODER EXECUTIVO
 MUNICIPIO DE MENDES
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS - 2017

Tabela 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

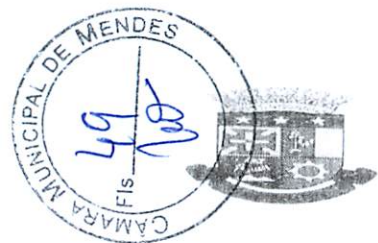
LRF - Art. 4º, § 2º, II -

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2014	2015	PIB	2016	PIB	2017	PIB	2018	PIB	2019	PIB
Receita Total	55.292.349	51.588.511		51.659.150		57.650.350		59.002.820		60.513.940	
Receita Não Financeira (I)	51.433.954	50.402.415		51.074.220		56.803.960		58.209.230		59.584.480	
Despesa Total	62.315.812	52.620.015		51.659.150		57.650.350		59.002.820		60.513.940	
Despesa Não Financeira (II)	61.598.327	51.972.334		50.998.600		56.728.600		57.988.780		59.398.500	
Resultado Primário (I-II)	-7.164.374	-1.569.919		75.620		75.360		220.450		185.980	
Resultado Nominal	-13.690.389	-2.015.564		-4.244.370		-734.217		-879.353		-1.179.353	
Dívida Pública Consolidada	102.836	2.327.787		3.200.000		1.713.570		1.213.570		913.570	
Dívida Consolidada Líquida	-12.270.891	-3.646.770		2.920.000		1.093.570		593.570		293.570	

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda

Observações

8.



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE MENDES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS - 2017 -
Tabela 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LRF - Art. 4º, § 2º, III -

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2013	%	2014	%	2015	%
Patrimônio/Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado		29.508.078,54	100,00	-224.594.927,00	100,00	-228.195.431,47	100,00
Total		29.508.078,54	100,00	-224.594.927,00	100,00	-228.195.431,47	100,00

Fonte: Demonstrações Contábeis

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2013	%	2014	%	2015	%
Patrimônio/Capital							
Reservas							
Resultado Acumulado							
Total							

Fonte: Demonstrações Contábeis

R.



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA
PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE MENDES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS - 2017 -

Tabela 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LRF - Art. 4º, § 2º, III -

RECEITAS REALIZADAS	2013	2014	2015
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

Fonte: Demonstrações Contábeis

DESPESAS EMPENHADAS	2013	2014	2015
Despesas de Capital	2.841.785,12	2.686.052,49	4.895.169,10
Investimentos	2.080.164,83	1.968.568,15	4.247.488,22
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	761.620,29	717.484,34	647.680,88
Despesas Correntes - Regimes Previdência	2.487.915,93	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	2.005.378,88		
Regime Próprio dos Servidores	482.537,05		
TOTAL	5.329.701,05	2.686.052,49	4.895.169,10
SALDO FINANCEIRO	-5.329.701,05	-2.686.052,49	-4.895.169,10

Fonte: Demonstrações Contábeis





SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA
PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE MENDES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS - 2017 -

Tabela 7 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS
DE CARÁTER CONTINUADO

LRF - Art. 4º, § 2º, V -

EVENTO	Valor
Aumento Permanente da Receita	3.113.090,00
(-) Transferências Constitucionais	2.776.520,00
(-) Transferência do FUNDEB	705.150,00
(=) Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	-368.580,00
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	-368.580,00
Saldo Utilizado (IV)	368.580,00
Impacto de Novas Despesas de Caráter Continuado	0,00
Margem Líquida de Expansão das Despesas Caráter Continuado	0,00

pl.

